

# TRT-21

**Analista Judiciário -  
Contabilidade**



**Editais verticalizados**

Tribunal Regional do  
Trabalho da 21ª Região

 O que cai  
**na prova**

.....

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Redação Oficial.

Ortografia e acentuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Relação do texto com seu contexto histórico.

Denotação e conotação.

Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.

Intertextualidade.

Figuras de linguagem.

Morfossintaxe.

Elementos estruturais e processos de formação de palavras.

Sinonímia e antonímia.

Pontuação.

Pronomes.

Concordância nominal e concordância verbal.

Flexão nominal e flexão verbal.

Vozes do verbo.

Correlação de tempos e modos verbais.

Regência nominal e regência verbal.

Coordenação e subordinação.

Conectivos.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

## **NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resolução CNJ nº 401/2021;

Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal).

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004).

Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).

Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).

## **NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**

Resolução Nº 400 de 16/06/2021 publicada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ

## **NOÇÕES DE GOOGLE WORKSPACE**

Google Drive: Criar arquivos, editar, compartilhamento de arquivos e permissões;

Agenda: Criar eventos, convidar participantes, ajustar horários, anexar documentos, adicionar videoconferência;

Tarefas;

Google Meet;

Gmail: Configurações rápidas, painel de visualização, marcadores);  
editor de texto (documentos Google).

## **CÓDIGO DE ÉTICA E REGIMENTO DO TRT 21**

Resolução Administrativa nº 20/2021;

Resolução Administrativa nº 23/2021

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1 Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: Organização e Competência; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: Organização e Competência; Do Tribunal Superior do Trabalho, Dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.

2 Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Administração pública: princípios básicos.

Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia.

Serviços Públicos: conceito e princípios.

Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.

Classificações relativas ao controle da Administração Pública.

Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Licitações e Contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021: Conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações, modalidades, procedimentos, anulação e revogação, sanções, pregão presencial e eletrônico, sistema de registro de preços.

Pregão: Lei nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

Características do contrato administrativo.

Formalização e fiscalização do contrato.

Aspectos orçamentários e financeiros da execução do contrato.

Sanção administrativa.

Equilíbrio econômico-financeiro.

Garantia contratual.

Alteração do objeto.

Prorrogação do prazo de vigência e de execução.

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.

Registro e alienação de bens públicos.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais: Lei nº 8.112/90.

Do processo administrativo (Lei nº 9.784/99).

## CONTABILIDADE GERAL

- 1 Pronunciamentos contábeis vigentes no Brasil emitidos pelo CPC.
- Resoluções relativas as normas contábeis vigentes no Brasil emitidas pelo CFC.
- Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo CPC.
- 2 Teoria da Contabilidade: conceito, objetivo e objeto.
- 3 Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido).
- 4 Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.
- 5 Contas patrimoniais e de resultado.
- 5.1 Apuração de resultados.
- 5.2 Plano de contas.
- 6 Funções e estrutura das contas.
- 6.1 Classificação das contas
- 7 Análise econômico-financeira.
- 7.1 Indicadores de liquidez.
- 7.2 Indicadores de rentabilidade
- 7.3 Indicadores de lucratividade.
- 7.4 Análise vertical e horizontal.
- 8 Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas.
- 9 Avaliação e contabilização de itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país.
- 10 Destinação de resultado.
- 11 Custos para avaliação de estoques.
- 12 Custos para tomada de decisões.
- 13 Sistemas de custos e informações gerenciais.
- 14 Estudo da relação custo versus volume versus lucro.
- 15 Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
- 15.1 Balanço patrimonial.
- 15.2 Demonstração do resultado do exercício.

- 15.3 Demonstração do Resultado Abrangente
- 15.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 15.5 Demonstração do fluxo de caixa (métodos direto e indireto).
- 15.6 Demonstração do valor adicionado.
- 15.7 Notas Explicativas as demonstrações contábeis.
- 16 Regime de competência e regime de caixa.
- 17 Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- 18 Código de Ética do Profissional da Contabilidade: Resoluções CFC: nº 803/96 e nº 1.307/10 - Código de Ética Profissional do Contador.
- NBC PG 100 - Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade; NBC PG 200 - Contadores que prestam serviços (Contadores Externos) e; NBC PG 300 - Contadores Empregados (Contadores Internos).

## **CONTABILIDADE PÚBLICA**

- 1 Conceito. 2 Campo de Aplicação.
- 3 Regimes Contábeis: Orçamentário e Patrimonial.
- 4 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP (vigentes e atualizadas) - Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação; NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação; NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- 5 Subsistemas de Informações: Orçamentária, Patrimonial, Compensação, Custos.
- 6 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T (vigentes e atualizadas).
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição, válidas a partir do exercício de 2022:
- 7 Exercício Financeiro.
- 8 Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.
- 9 Receita e Despesa Extra orçamentária: Conceito e Contabilização.

10 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público Atualizado: Anexos - Ementário da Receita e do PCASP.

Procedimentos Contábeis Orçamentários: Receita Orçamentária: Conceito, Classificação da Receita

Orçamentária, Reconhecimento da Receita Orçamentária, Relacionamento do Regime

Orçamentário com o Regime Contábil, Etapas da Receita Orçamentária, Procedimentos

Contábeis referentes à Receita Orçamentária.

Despesa Orçamentária: Conceito, Classificações da Despesa Orçamentária, Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais, Reconhecimento da Despesa Orçamentária, Etapas da Despesa Orçamentária,

Procedimentos Contábeis referentes à Despesa Orçamentária, Despesas de Exercícios Anteriores.

Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Patrimônio Público: Conceito, Composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido/Saldo Patrimonial.

Variações Patrimoniais: Qualitativa, Quantitativa e Resultado Patrimonial.

Ativo Imobilizado.

Ativo Intangível.

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: Aspectos Gerais e Estrutura do PCASP.

Detalhamento das Contas do PCASP.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário.

Balanço Financeiro.

Balanço Patrimonial.

Demonstração das Variações Patrimoniais.

Demonstração do Fluxo de Caixa.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

Consolidação das Demonstrações Contábeis.

11 Registros Contábeis de Operações Típicas.

12 Sistema Integrado de Administração

Financeira do Governo Federal - SIAFI: Objetivos, vantagens e principais atribuições.

Estrutura do SIAFI.

Principais documentos de entrada e saída do SIAFI.



13 Legislação: Lei Complementar nº 101/2000 e alterações.  
 Lei Federal nº 10.180/2001, Lei Federal nº 4.320/1964.  
 Decreto nº 93.872/1986, Decreto-Lei nº 200/1967 e alterações.

## **NOÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

1 Controle Interno no Setor Público Federal: Técnicas e Controle: Auditoria e Fiscalização.

Papeis de Trabalho; Nota; Relatório; Registro das Constatações; Certificado; Parecer. Amostragem (IN nº01/2001- SFCI).

2 Controle Externo no Setor Público Federal: Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da

União - NAT: Classificação e Objetivos da Auditoria.

Identificação e Avaliação de Objetivos, Riscos e Controles.

Comunicação com o Auditado e Requisições de Documentos e Informações.

Planejamento e Execução de Auditorias.

Relatório de Auditoria.

Regimento Interno do TCU: Atividade de Controle Externo.

3 Prestação de Contas e Relatório de Gestão: Instrução Normativa nº 63/2010 do TCU.

4 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

5 Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário.

6 Lei Complementar nº 101/2000: Da Transparência, Controle e Fiscalização.

7 Lei Federal nº 4.320/1964: Título VIII - O Controle da Execução Orçamentária.

8 Execução de Auditoria nas Contas Patrimoniais e de Resultados.

9 Normas Vigentes de Auditoria Emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade: Normas Profissionais de Auditor Independente (NBC PAs).

Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em conformidade

com Normas de Auditoria (NBC TA 200).

Documentação de Auditoria (NBC TA 230).

Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude no Contexto da Auditoria de

Demonstrações Financeiras (NBC TA 240).

Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre As Demonstrações Financeiras (Série 700 das NBC TAs).

10 NBC TI 01 - Da Auditoria Interna. NBC PI 01 - Normas Profissionais do Auditor Interno.

## **CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA**

1 Constituição Federal.

1.1 Da Tributação e do Orçamento.

1.1.1 Do Sistema Tributário Nacional.

1.1.1.1 Dos Princípios Gerais.

1.1.1.2 Das Limitações do Poder De Tributar.

1.1.1.3 Dos Impostos da União.

1.1.1.4 Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal.

1.1.1.5 Dos Impostos dos Municípios.

1.1.1.6 Da Repartição das Receitas Tributárias.

1.1.2 Das Finanças Públicas.

1.1.2.1 Normas Gerais.

1.1.2.2 Dos Orçamentos.

1.2 Da Ordem Social.

1.2.1 Da Seguridade Social.

1.2.1.1 Disposições Gerais.

1.2.1.2 Da Previdência Social.

2 Noções básicas sobre tributos.

2.1. Código 28 Tributário Nacional -

2.1.1. LIVRO PRIMEIRO -

2.1.1.1. Sistema Tributário Nacional - Títulos I a V.

3 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.

4 Retenções na fonte realizadas pela administração pública federal.

4.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

- 4.3 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.
- 4.4 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.
- 4.5 Participações governamentais.
- 4.6 Programas de Integração Social e de formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.
- 4.7 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- 4.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.
- 4.9 Imposto Sobre Serviços - ISS
- 4.10 Contribuição Previdenciária - INSS
- 4.11 Legislação básica e suas atualizações.
- 4.12 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
- 4.13 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF.
- 5 Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil - INRFB:
  - 5.1. INRFB nº 971/2009.
  - 5.2. INRFB nº 1.234/2012.
  - 5.3. INRFB nº 1.310/2012.
- 6 Leis Complementares Federais:
  - 6.1. Lei Complementar nº 24/1975 - CONFAZ.
  - 6.2. Lei Complementar nº 87/1996 - ICMS.
  - 6.3. Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
  - 6.4. Lei Complementar nº 116/2003 - ISS.
  - 6.5. Lei Complementar nº 123/2006 - Simples Nacional.

## **ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

- 1 Orçamento público.
  - 1.1 Conceitos, diretrizes e princípios orçamentários.
  - 1.2 Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.
  - 1.3 Ciclo orçamentário (elaboração, aprovação, execução e avaliação).
  - 1.4 Processo de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

- 2. Receita e despesa orçamentária.
  - 2.1 Conceituação, classificação e estágios da receita e despesa orçamentária.
  - 2.2 Ordenador de Despesas.
  - 2.3 Restos a pagar.
  - 2.4 Despesa de exercícios anteriores.
- 3 Suprimento de fundos (regime de adiantamento).
- 4 Créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários).
- 5 Dívida ativa.
- 6 Fonte e destinação de recursos.
- 7 Classificações orçamentárias.
  - 7.1 Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza.
  - 7.2 Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes.
- 8 Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.
  - 8.1 Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal.
- 9 Gestão organizacional das finanças públicas: sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei nº 10.180/2001.
- 10 Noções de licitação, pregão e registro de preços.
- 11 Dos crimes contra as finanças públicas.
- 12 Manual Técnico do Orçamento - MTO 2023.
- 13 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição - Procedimentos Contábeis Orçamentários.
- 14 Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição.
- 15 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- 16 Lei nº 4.320/1964.
- 14 Constituição Federal de 1988, art. 165 a 169.

## ORÇAMENTO PÚBLICO

Conceito, princípios orçamentários, características e elementos básicos do orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho e orçamento-programa.

Conceito e finalidade do controle da Administração Pública.

Controle interno e controle externo da Administração Pública.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexos - Ementário da Classificação por Natureza de Receita e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Procedimentos Contábeis Orçamentários; Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição.

Lei nº 4.320/1964.

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 10.520/2002.

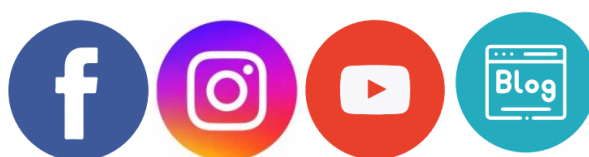
Lei nº 14.133/2021.

Decreto-Lei nº 200/1967.

Constituição Federal de 1988.

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**